

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA DO EDUCADOR

Gilmara S. Oliveira Vergara¹

Resumo: *Este artigo propõe uma reflexão sobre a Avaliação em seus clássicos parâmetro de discussão: quantidade e qualidade, dentro de uma abordagem política do fazer Pedagógico e o fazer Técnico onde os interesses econômicos sobrepõem-se ao objetivo de transformação do sujeito. A idéia não é colocar extremos, mas mostrar que as duas dimensões convivem dialogicamente num movimento necessário e não fragmentado sendo que o mercado mundial usa deste instrumento para atender aos seus interesses. Nesta oportunidade, ressaltamos que este artigo é resultado de parte de um trabalho monográfico no campo da Gestão Participativa². E que foi este campo empírico que possibilitou esta discussão sobre o tipo de avaliação presente nos programas de “aceleração”, qual a natureza dessa Avaliação, e, sobretudo, quais são os interesses emergentes no campo da educação.*

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo tem emergido grandes mudanças no cotidiano escolar e nas dinâmicas de aprendizagem. Nesta perspectiva, o professor se depara com diversas situações em que a sua formação e seu papel de educar frente ao aluno e a comunidade é colocada em “cheque”. É quando se dá conta de que interesses econômicos numa instância mundial sobrepõem-se aos problemas cotidianos e individuais da dinâmica escolar. Percebendo esta lógica, docente se vê pressionado a cumprir o papel de legitimar os interesses vigentes e ao mesmo tempo executar a complexa tarefa de educar.

Mais além, a sensação frustração é um quadro real no espaço educativo e a busca de respaldo para compreensão desse novo fazer pedagógico leva a reflexão e indignação por parte dos que estão na execução das propostas verticalizadas. A partir disso, o processo de avaliação da aprendizagem escolar é, sem dúvida, um assunto considerado estratégico na possibilidade de questionar todo esse processo posto.

Já que em algumas experiências educativas, o processo de avaliação é considerado uma questão ideológica, política que pode se ausentar de seus propósitos que estabelece o debate, permita reflexão sobre os efeitos das políticas educacionais que estão sendo direcionadas no Brasil e como estas políticas altera o processo de transformação social tanto de professores como dos educandos.

Além disso, percebendo que essas propostas assumem no cenário educativo papel de destaque, já que o grande objetivo deixa de ser o de educar e passar a ser o número de aprovações por sala, por escola, por município ganhando proporções mundiais. Quanto ao papel dos professores que participam do processo têm, nas mãos, a oportunidade de utilizá-la como instrumento de controle e, ao mesmo tempo, reveladora de dados que favorecem a melhoria da prática pedagógica. Motivados por esta temática polêmica nos modos de funcionamento das

¹ Pedagoga e Especialista em Administração da Educação: Gestão Participativa pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Atualmente leciona em Cursos técnicos de Salvador e atua prestando capacitações à professores da Educação Básica.

² O título da monografia foi: Regularização do Fluxo Escolar: teoria e Práxis pedagógica. O campo empírico foram os professores da rede pública do município de Ilhéus – BA.

dinâmicas escolares é que este ensaio reflete sobre as duas principais instâncias filosóficas do sentido de avaliar.

QUALIDADE TÉCNICA E QUALIDADE POLÍTICA

O conceito de avaliação é importante porque estabelece vínculos com a dialética da qualidade/quantidade. No pensamento de Demo (1991), todo processo avaliativo pressupõe o estabelecimento de um juízo de valor que se materializa através de uma nota ou conceito, quantificando o desempenho dos seus participantes. Nesse sentido, vale dizer que a idéia de avaliar vem carregada de conceitos pré-estabelecidos que seja tomado como referência ou parâmetro de qualidade. Por outro lado, essas ações quantidade/qualidade, segundo o autor, são interdependentes onde cada uma delas exerce valorização de acordo com o foco.

No caso da quantidade, conforme Demo, não é uma dimensão “inferior ou menos nobre da realidade”, quer dizer, trata-se de uma das faces da realidade que complementa o importante papel da qualidade. Um exemplo concreto de complementação do aspecto qualitativo na perspectiva quantitativa é mensurar os aspectos de subjetividade do educando a partir de um parâmetro de qualidade.

Além disso, este ato de avaliar acontece em diversas instâncias do cotidiano: avaliam-se coisas, pessoas, situações, ações etc. Por que acontece isso? Sem dúvida, porque este ato é um procedimento diferenciado, reflexo da nossa formação, valores, ponto de vista, percepções sobre um conjunto de elementos de visão de mundo. Por isso, no universo escolar, acontece uma multiplicidade de significados que descrevem e/ou justificam o parâmetro de qualidade tornando-lo complexo de ser compreendido, como sustenta Dalben (2003) quando diz que:

“Se os processos de avaliação estão presentes em todos os domínios da atividade humana, seja em reflexões informais que orientam as freqüentes opções do dia-a-dia, seja nas reflexões formalmente organizadas e sistemáticas que incidem nos momentos de tomada de decisões, essa realidade sinaliza um primeiro campo de exigências subjetivas e pessoais de avaliação construído no cotidiano, isto é, exige o conhecimento da nossa cultura escolar e de seus pressupostos teóricos - filosóficos. A definição pelos valores, crenças e princípios que orientam as práticas pedagógicas tem origem num universo muito amplo que reflete a própria construção social da realidade”. (Dalben, 2003:93).

Um outro aspecto da questão da avaliação a ser contemplado nesse debate, é o “exercício autoritário do poder de julgar” nos termos de Demo. No contexto da sala de aula, esse exercício pode ser observado desde a escolha dos conteúdos da aprendizagem em que os instrumentos utilizados para avaliar. Essa prática avaliativa é chamada de “concepção dialética da avaliação” pelo autor. Dialética, pois o processo provoca duas ações importantes: a de quantificar e a de qualificar, onde uma não exclui o papel da outra e acontecem simultaneamente.

É relevante no processo avaliativo segundo Luckesi (1999), perceber sua ação como “um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”. Partindo dessa idéia, o autor menciona três critérios que constituem a avaliação: o primeiro é que a avaliação é um “juízo de valor” que se dá a partir de critérios pré-estabelecidos,

ou seja, existe um ideal estabelecido que sirva de referencial ou modelo para aquele que avalia como o autor sugere:

“o ato de avaliar serve como meio de julgar o desempenho do aluno apenas num dado momento, ou seja, o símbolo que expressa o valor atribuído pelo professor ao aprendido é registrado e, definitivamente, o educando permanecerá nesta situação”. (Luckesi, 1999).

O segundo aspecto é como esse julgamento é realizado, ou seja, consideram-se apenas alguns pontos do objeto avaliado apesar de ser visualizada como qualitativa. Já de antemão, o avaliador terá seu juízo delimitado por alguns indicativos. Isto é, nunca se leva em consideração todo percurso percorrido, faz-se um recorte daquilo que se quer avaliar e generaliza-se a aprendizagem do sujeito.

Um exemplo claro é sobre o saber matemático, em que o aluno só saberá a disciplina se puder resolver operações armadas no formato tradicional: parcela em cima de parcela, do contrário, ele “não domina o conhecimento matemático”, ou seja, não há valorização das diferentes possibilidades utilizadas pelos alunos. tais como contar nos dedos, usar palitinhos, símbolos associados a valores e outras estratégias. Ou seja, trata-se de um conhecimento estático e imóvel ou imutável.

O terceiro e último critério seria o da tomada de decisão, quer dizer, “o julgamento de valor” que é a autoridade que o professor diz que tem para decidir que nota o aluno merece, é o veredicto final. Estes três elementos citados demonstram posturas extremamente autoritárias. Quanto ao terceiro ponto, é delegado maior poder nas mãos do professor, desequilibrando a relação de aprendizagem que poderia ser mais “dialógica e horizontal” como propõe Freire. Nesta perspectiva, o ato de avaliação será sempre uma relação desequilibrada.

Em síntese, o ato de avaliar é um julgamento do desempenho do aluno apenas num dado momento, ou seja, “o símbolo que expressa o valor atribuído pelo professor ao aprendido, é registrado e, definitivamente, o educando permanecerá nesta condição”, não importando o seu crescimento durante o restante do ano letivo. Caso haja um avanço do aluno a ênfase maior continuará sendo no erro e não na superação e avanços da aprendizagem.

Além disso, avaliação tem vínculos com a relação de poder, interesse e dominação, pois a qualidade medida não depende da questão meramente técnica, ela é fundamentalmente política e está ligada a um conjunto de decisões e conflitos que o grupo envolvido enfrenta, ou seja, a nota como parâmetro quantitativo significa muito pouco ou quase nada, pois não traduz aspectos subjetivos tais como envolvimento, os conflitos, as relações estabelecidas entre os sujeitos no espaço da sala de aula, enfim a trajetória de aprendizagem fica reduzida.

Desta forma, a avaliação é algo tão particular de cada sujeito, cada grupo ou cada comunidade. A implementação de um currículo universal seria uma medida técnica abrangendo variáveis distantes das especificidades das comunidades locais. Apresentando uma incoerência do ponto de vista educativo.

O processo avaliativo exige debate neste campo teórico de conhecimento, pois possibilitar estudos estratégicos como o rendimento escolar dos alunos, principalmente nos resultados, devido à predominância da concepção de avaliação escolar como um processo de medida do desempenho

em face de objetivos escolares pré-estabelecidos, enfatizando a quantificação desses conhecimentos através de notas ou conceitos. O que demonstra que a escola perdeu de vista a trajetória do processo de ensino/aprendizagem e fixou-se, como na própria cultura capitalista, no produto final, no resultado que o educando pode oferecer.

Na idéia de qualidade os cortes de gastos públicos, receitas escolares enxutas, de contenção de despesas e transferência de responsabilidade são preocupantes do ponto de vista pedagógico, pois comprometem a essência da proposta de gestão participativa de parceria escola/comunidade, do ponto de vista político a qualidade política do trabalho escolar deve ser discutida, avaliada e votada para melhor atender aos interesses do que compõem o universo escolar.

A Qualidade que se apresenta neste ensaio é o da ênfase aspectos técnicos ignorando as relações políticas que acontecem no espaço escolar. Essa noção de Qualidade está vinculada às relações de poder, interesse e dominação, consequência do sistema econômico vigente, o capitalismo.

A Qualidade não pode ser vista como uma questão meramente técnica que dependa da manipulação de variáveis tais como: um currículo nacional, escolha do livro didático, do módulo, do material de apoio ao professor etc., medidas elaboradas de cima para baixo e que são enviadas às escolas para “melhorar o ensino”. Ressalta-se que a Qualidade apresentada aqui é Política e está vinculada às decisões e conflitos presentes na escola, portanto as propostas escolares deveriam surgir da base, “do chão da escola” (GANDIN, 2004).

Nesse sentido, Gandin (2004), defende que a Qualidade Técnica que se refere ao “como” realizar tarefas e a Qualidade Política é o “para onde” e “para quê” queremos realizar tais ações. Sem a Qualidade Política as ações escolares tornam-se pragmáticas e sem um fim específico, perde-se o foco. Na prática a escola está preocupada em cumprir o exagero de tarefas que lhe é solicitado do estado (preencher sensos, planilhas, enviar dados ao governo, fazer licitações de merenda e compras de outros objetos para escola) do que pensar sobre a qualidade política de suas ações.

Podemos dizer que este modelo de avaliação que dá ênfase ao aspecto quantitativo e competitivo tem suas origens na Grécia antiga com o filósofo Platão, onde segundo ele, a educação deveria “testar” as aptidões e habilidades dos alunos “classificando-os” de acordo com sua inclinação ao conhecimento, os melhores receberiam a formação para serem governantes e o restante deveria ser governado por estes desenvolvendo trabalhos de base ou de menos privilégios. Esta concepção primitiva de educação apontava para a valorização da avaliação classificatória, desconhecendo outras possibilidades de avaliar sem constranger o aluno e promover a sua emancipação enquanto sujeito.

Chama-se atenção para a importância da avaliação nas mãos do professor para o modelo liberal-conservador, ou seja, o papel disciplinador, o professor se torna vítima deste próprio sistema de autoritarismo e controle quando através da avaliação classificatória o professor, representando o sistema (BIRD, FLEM), a escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado é ele quem tem maior proximidade com o aluno, portanto, exerce papel controlador.

O sistema de avaliação em nosso país, altamente excludente, em função da diminuição dos gastos públicos tem assumido discurso “democrático” buscando a não repetência. Após

detectar os gastos que se tinham com cada aluno que deixava de estudar ou que era conservado na mesma série. É preciso estar atento ao discurso que atualmente permeia nas escolas sobre o foco das propostas neoliberais.

Conforme Dalbem, o sistema propõe uma política de direito a inclusão na escola, extinguindo a reprovação e a repetência como forma de acolhimento e responsabilidade pública do cidadão (...) como diz o autor com projetos não analisados pelo usuário em suas bases político-pedagógicas e reducionista é interpretado como apenas um projeto que pretende “corrigir o fluxo” para oferecer melhores índices estatísticos ao Banco Mundial.” (Dalbem, 2003:95).

O pensamento de Dalbem é relevante quando afirmar que:

“a própria escola se organizou historicamente sobre uma prática monoculturalista, por meio de transmissão de saberes que, embora com pretensão de universalidade convertida em referência, fez-se desigual e seletiva, produzindo o fracasso das camadas populares. A escola excluiu e rejeitou o conhecimento desses grupos, ignorando-os como portadores de autonomia simbólica. Enxergou-os, apenas, como desvio e falhas em relação à cultura dominante e adotou práticas que resultaram no fracasso escolar, principal produto da escola brasileira (Dalbem, 2003:96)”.

Nesse caso, a política mundial usa o discurso da “inclusão” e compromete a aprendizagem dos alunos e formação, colocando-os cada vez mais à margem da sociedade. Pois estes alunos serão sempre excluídos para o sistema que não oferece uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, tentou-se elaborar uma reflexão em torno dos conceitos da avaliação realizada pelos Docentes participantes do Programa de Regularização do Fluxo Escolar de 5ª a 8ª série no município de Ilhéus, na Bahia. Fica claro que apesar de aparentemente “bem intencionado”, o Programa, traz nuances que revelam interesses neoliberais que comprometem à qualidade política de ensino e aprendizagem dos alunos.

Esse estudo aponta que apesar do programa trazer a nítida preocupação em acelerar e incluir os educandos num dado contexto social, os Docentes sentem-se usados pelo sistema de “Governo” que através do discurso de “inclusão social” busca melhorar sua precária situação educativa no cenário mundial. A preocupação numérica banaliza a Qualidade Política e põem em cheque a aprendizagem dos alunos: até que ponto eles aprendem? O que eles aprenderam? E se de fato eles aprendem alguma coisa?

Ao saírem do programa de regularização do fluxo escolar os alunos são colocados em séries regulares e segundo a Direção e os próprios professores das unidades de ensino cerca de 90% deles não conseguem dar seqüência aos seus estudos fora de uma proposta semelhante a do programa, restando de alternativa as turmas de Educação de Jovens e Adultos, cursos de supletivos ou a desistência.

Quanto à avaliação utilizada pelo Programa, observou-se que em função de gastos públicos a escola tem sido pressionada a assumir um discurso falsamente “democrático” onde evitando a

repetência poupam-se os gastos, quando deveria contribuir com a formação Docentes, boa remuneração, diminuir a carga de trabalho do professor, investir numa boa equipe pedagógica, em material de trabalho, melhorar a merenda escolar, etc.

Do contrário, a avaliação será sempre o meio utilizado para promover o aluno e diminuir as despesas educativas. É preciso estar atento ao discurso que permeia nas escolas. Nas propostas neoliberal a crença é que a melhoria do Ensino Público se dará pela “otimização dos recursos” para educação buscando facilidades para aligeirar a aprovação dos alunos. A política mundial usa esse discurso de inclusão e acaba comprometendo a aprendizagem dos alunos; usando a avaliação como instrumento de “falsa inclusão”, pois coloca os sujeitos cada vez mais à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. Ironias da Educação: mudanças e contos sobre mudança. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

----- . Avaliação qualitativa . Campinas- SP: Autores Associados, 1991.

DALBEN, Ângela Imaculada L. de Freitas. Das avaliações exigidas às avaliações necessárias in LISITA, Verbena Moreira S. de S.; SOUSA Luciana Freire E. C. P..Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRO, Emilia. Com todas as letras. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. 20 ed.-São Paulo:Paz e Terra, 2001.

PROPOSTA ESTRATEGICA PEDAGOGICA GERAL. Programa Educar para Vencer. Secretaria de Educação do Estado da Bahia; Fundação Luiz Eduardo Magalhães; BIRD – Banco Mundial. 2002.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 2 ed.- São Paulo: Contexto, 2004.

ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998.

MONLEVADE, J. C. Financiamento da escola pública dos Jesuítas à nova LDB in Educação pública no Brasil: Conto & Desconto\$. Ceilândia: Idea, 1997.